



## NELSON WERNECK SODRÉ, HISTORIADOR

Ivan Ducatti\*

Universidade de São Paulo – USP

[ducattivan@yahoo.com.br](mailto:ducattivan@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Pretende-se com este trabalho analisar como Nelson Werneck Sodré precisou a categoria feudal em suas obras de história da formação histórica brasileira. Este trabalho busca verificar a importância desse autor para a Historiografia uma vez que, ao longo de sua carreira como historiador, construiu uma questão que, para ele, era fundamental na história socioeconômica brasileira: a formação da burguesia brasileira, articulando-se com as classes latifundiárias e a burguesia internacional, representada pelo imperialismo econômico.

**ABSTRACT:** It is intended with this work to analyze as Nelson Werneck Sodré precisely developed the feudal category in his works on History of the Brazilian historical formation. This inquiry is an attempt to search for the importance of this author for the historical studies, once throughout his career as a Historian, he built up a question that, as he himself put, was a basic issue in Brazilian socioeconomic History: the formation of the Brazilian bourgeoisie, in articulating to the latitudinary classes and the international bourgeoisie, represented by the economic Imperialism.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feudal – Burguesia – modos de produção

**KEYWORDS:** Feudal – Bourgeoisie – Modes of production

Qual foi a importância do historiador Nelson Werneck Sodré para a historiografia brasileira? Sodré é uma referência para os estudos históricos, não só pela compreensão e interpretação da história do Brasil, mas pela seguinte questão: os produtos de suas pesquisas históricas têm processos que permitem ao estudioso apreender conexões entre diversas experiências que, se isolados, não apresentariam ligações mais substanciais.

A historiografia brasileira recebeu inúmeras contribuições do historiador Nelson Werneck Sodré, principalmente, quando este constrói uma questão que, para ele,

---

\* Mestre pelo Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP). Nesta mesma instituição desenvolve tese de doutoramento intitulada *A hanseníase e o isolamento compulsório em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Silva.

era nuclear: a formação da sociedade brasileira. Em sua tentativa de compreender os processos históricos que deram origem às diversas classes sociais brasileiras, em especial, a burguesia nacional, bem como suas relações com as demais classes, Sodré se apóia na visão econômica, dentro da tradição marxista, utilizando a categoria modo de produção. O estudo dos modos de produção nos ensina como se produz. O modo pelo qual as relações de produção têm se desenvolvido no Brasil nos indica como o trabalho tem sido explorado e produzido no Brasil.

Sodré desenvolveu, como ele mesmo afirma em *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, a tese dos modos de produção na formação da sociedade brasileira seguindo um método científico de análise, o materialismo dialético. No entanto, o autor deixa claro que a formação socioeconômica do Brasil tem aspectos e particularidades tais que não seria possível fazer uma simples transposição de paradigmas de uma realidade diversa, a Europa Ocidental medieval, para explicar a realidade brasileira. Ressalta, ainda, como primeiro aspecto:

De maneira alguma, porém, é possível utilizar paradigmas e não métodos. É o uso de raciocínios paradigmáticos que induz ao erro ou à deformação. O raciocínio dialético exclui o uso de paradigmas e se estabelece pela obediência ao método, respeitadas as relações dialéticas entre universal e particular.<sup>1</sup>

Como segundo aspecto, nesta mesma obra, que é datada de 1990 sua primeira edição, o autor constata que, em relação aos modos de produção, haveria, naquele momento, a tendência da universalização de apenas um modo de produção em todo o globo, mas verificam-se etapas diversas de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo. De forma indireta, Sodré aponta para a globalização do capital, cujo movimento implica na tendência à sua homogeneidade, liquidando com outras formas de organização que não a capitalista. A globalização ou a mundialização do capital, é, na realidade, uma forma de neocolonialismo. Para ilustrar, Jameson afirma que “vários países tornaram independentes de seus antigos senhores coloniais apenas para entrar de imediato no campo de forças da globalização capitalista, sujeitos ao domínio dos mercados financeiros e aos investimentos estrangeiros”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. **Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 9.

<sup>2</sup> JAMESON, Fredric. **A Cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 37.

Sodré<sup>3</sup> chama a atenção, como outro aspecto importante, para impossibilidade de transplantação *ipsis litteris* de um determinado modo de produção desenvolvido em uma região para uma outra, pois, historicamente, as realidades de cada sociedade têm suas peculiaridades, e essas realidades são o resultado de como cada sociedade se organiza dentro de uma determinada época. Por não ser possível “carregar” por completo o termo feudal para a realidade histórica brasileira, consideramos que Sodré tenha lançado, para sintetizar o caráter estagnante do latifúndio brasileiro, o termo feudal como uma metáfora, para o campo político, como expressão figurada, uma vez que esta nunca pode constituir uma conclusão adequada de uma argumentação, embora possa ser efetivamente uma etapa vitalmente importante em direção àquela conclusão.

Quanto ao fato das transposições, o escravismo moderno ocidental, resultado da expansão comercial ultramar, não pode ser considerado uma transposição do escravismo clássico, pois este último desenvolveu-se a partir da evolução das comunidades primitivas. No Brasil, por outro lado, as comunidades primitivas indígenas, quando da época colonial portuguesa, não precisaram lançar mão do escravismo, ou qualquer outra forma semelhante de exploração que objetivasse a produção de excedentes. O escravismo moderno, por sua vez, responde às necessidades da colonização, que transportava, da África, os elementos humanos para o desenvolvimento das forças produtivas, sendo que as condições vigentes anteriores desses elementos às suas condições de escravos não importaram, pois o fator da herança cultural não fora transferido para agregar valor ao trabalho escravo. Quando se manifestam os sinais da herança cultural, podemos percebê-los, por exemplo, por intermédio de suas ações de resistência, seja no âmbito dos rituais religiosos, seja na música ou na tentativa de ruptura direta com a dominação senhorial.

Observa-se, então, que a força de trabalho escrava aplicada em território brasileiro não pode ser considerada como uma derivação nem da comunidade primitiva européia, pela impossibilidade histórico-cronológica, muito menos da comunidade primitiva das populações americanas pré-cabralianas no Brasil, pela razão de não ter existido, entre essas populações, a evolução ao escravismo ou a necessidade deste. Nesse sentido, há de se considerar que os escravos, no Brasil, eram trabalhadores não livres e sujeitos a um senhor, como na Antigüidade Clássica, porém a exploração de sua

---

<sup>3</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. **Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

força de trabalho para produção de excedentes visava ao fomento do capitalismo mercantil, justamente por razões históricas diversas da época antiga. O escravismo moderno, em essência, não se diferencia do clássico e, no entanto, essas adjetivações, “moderno” / “clássico”, não deixam de ser, de modo algum, pertinentes, pois permitem localizar, no tempo, as diferentes fases escravistas.

Quanto à passagem do escravismo ao feudalismo no Brasil, Sodré também sustenta que não é possível basear-se no modelo europeu ocidental para explicar o mesmo fenômeno ocorrido em terras brasileiras, pois estaria, assim, de volta à utilização dos paradigmas de realidade diversa para explicar aquilo que é seu foco: a formação da sociedade brasileira. Reproduz-se, a seguir, a explicação do próprio autor sobre a passagem de um modo de produção a outro:

As mais antigas [relações feudais], estabelecidas por força da tradição lusa, que os primeiros povoadores trouxeram e impuseram, e condicionadas pelas imposições do meio social e até do meio geográfico, quando conciliavam as suas características com as que derivavam da causação econômica, ainda que em moldes rudimentares. As segundas, as posteriores, resultantes do desabamento do escravismo, antes e depois do ato oficial da abolição, processando-se nas áreas em que aquele dominou, e variando com a marcha territorial da riqueza, que importava em deslocamento de força de trabalho de uma área para outra. Da zona mineradora para a zona cafeeira, por exemplo, e ruindo ali pela decadência da mineração aurífera e aqui pela marcha dos cafezais para outra zona e pelo aparecimento do colono.<sup>4</sup>



## O tempo passado

Ao analisar a situação econômica do Brasil, para Sodré, nos trabalhos realizados entre 1950 e 1960, o passado colonial parece investir-se de uma importância tal, que julgaríamos sua forma quase que inercial, o que explicaria um certo resquício desse passado ainda muito firme em nossos dias. Com esse passado, carregam-se os termos “feudais”, seus restos, os quais se constituem de uma centralidade, seja na época dos colonizadores ou na das classes latifundiárias que emergem a partir do processo de independência política brasileira. Tem-se a impressão de que o presente descrito pelo autor não consegue se consolidar com uma força social motora capaz de transformações, ou, em outras palavras, como se as múltiplas determinações dos agentes

---

<sup>4</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. **Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 24.

sociais contemporâneos (anos 1950 e 1960 do século XX) não tivessem (ou tiveram muito pouca) possibilidade de ação sobre sua própria época histórica. A idéia à qual se chega é de que o passado se constitui como um determinante muito forte, muito difícil de ser superado. O próprio emprego do termo “restos feudais” nos diz muito. Seriam esses remanescentes o resultado da capacidade de se conservar e se perpetuar, ou seriam as forças progressistas das novas classes sociais, que surgem a partir do industrialismo no Brasil, ainda insuficientes para uma nova configuração do quadro nacional?

### **O Materialismo Histórico**

Quando o historiador Sodré realiza obras cujo objeto é a análise da formação da sociedade brasileira, propõe, ao mesmo tempo, utilizando o método materialista histórico, um estudo de uma ordem econômica, cujo pilar é, entre outros, a economia política. Desta forma, ter-se-á a oportunidade de observar a referência direta da leitura, por Sodré, dos textos marxianos. Interessa-nos, baseado na obra de Marx, como Sodré articula os materiais de sua reflexão, como descreve o movimento na história e as determinações daquilo que concerne ao objeto de uma pesquisa de quarenta anos: a economia política.

Antes, é preciso manter o pressuposto de que a idéia de ciência (e aqui, trata-se da ciência da História), para Marx, não é aquela que se afirma como um padrão de conhecimentos extraídos das ciências naturais. Nesse sentido, é possível pensar na obra marxiana como uma estrita teoria social, cujas formulações são históricas.

Para refletir sobre as afirmações de Sodré a propósito do modo de produção feudal, incluíram-se, neste trabalho, os estudos de Marx sobre as formas pré-capitalistas, originalmente redigidos nos *Grundrisse. 1857-1858*, e editadas, posteriormente, com prefácio de Hobsbawn, como *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Assim, tornou-se possível analisar a concepção de modo de produção feudal de Sodré à luz dos estudos de Marx, no capítulo em que se trata das formas anteriores à produção capitalista.

Com *O Capital*, o estudo da acumulação primitiva permitiu entender o processo histórico da formação do trabalhador assalariado no capitalismo, o que torna-se subsídio para a compreensão do declínio feudal, pois, para Marx, “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal.

A decomposição desta liberou elementos para formação daquela”.<sup>5</sup> A partir d’*O Capital*, outro aspecto importante desta pesquisa reside na possibilidade de apreender elementos interpretativos sobre a propriedade fundiária, uma vez que Sodré se deteve na questão da terra, em especial destacou o problema do latifúndio, associando-o à questão feudal.

### **Particular e universal**

Em *Ofício de Escritor*, Sodré chama a atenção para o fato de que o particular impede o desenvolvimento da ciência, pois se “transformado [o particular] em geral, quando estabelecido em falsas leis, constitui obstáculo subjetivo cuja importância não é absolutamente desprezível”,<sup>6</sup> uma vez que o esforço em apresentar o particular como geral, em defender o aspecto isolado como definitivo, é sempre ungido de sentido político. Em outras palavras, como justifica Sodré, a preocupação com a especialização tende a alargar, de forma superficial, os conhecimentos do particular, representado por fatos, fenômenos, acontecimentos e problemas. Nesse sentido, perde-se a possibilidade de tirar deles um traço comum, de vinculá-los à realidade.

Das considerações sobre o particular e o geral, passemos a alguns momentos históricos estudados e relatados por Sodré, com o objetivo de observar como seus pressupostos teóricos desenvolvem-se e fluem por vários momentos de suas obras.

Começemos, por exemplo, com a fase inicial da colonização. Nessa fase, momento da extração madeireira – pau-brasil –, o autor ressalta que o indígena fora forçado ao trabalho, participando, na estrutura de produção, de um regime escravista. Havia no Brasil, por imposição da empresa colonial de Portugal, então, uma legislação feudal, que, na realidade, se baseava na força de trabalho escrava. Acentua o fato de que o mercantilismo, na era feudal de Portugal, fazia com que aquela nação não se fechasse numa sociedade de economia agrícola.

Transferem-se para o Brasil, após o período de proto-história (momento da extração do pau-brasil), as primeiras levas de povoamento, com os aspectos da fisionomia lusa, enfim, naquilo que poderíamos traduzir como suas normas, seus costumes e hábitos que influenciaram a formação da sociedade do Brasil.

---

<sup>5</sup> MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Livro 1. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 830. v. II.

<sup>6</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. **Ofício de escritor: dialética da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 39.

Sodré alerta que, diferentemente da colonização espanhola, que, nos primeiros tempos, se ergueu com a extração aurífera (no Brasil, tal exploração dar-se-á em tempos posteriores), Portugal teve de encontrar outras bases de exploração econômica, sendo que a atividade agrícola surgira, então, como alternativa viável.

Nesta mesma obra, o autor investiga a questão das sesmarias, e lembra que tal instituto não era novo nem exclusivo do direito português, suas origens remontam à Roma antiga. A abordagem da questão do instituto das sesmarias coloca-se como uma introdução a outro aspecto central da formação social brasileira: trata-se da propriedade territorial. Remontando sua gênese em Roma, o elemento escravo começa a ganhar forma e evidência, uma vez que, por intermédio de sua existência, garante-se a expansão da terra:

Dentro do quadro em que a propriedade territorial se estabelece como base para a colonização e constitui a referência na repartição das classes sociais, é preciso considerar que o estabelecimento da lavoura extensiva, processo único da primeira fase colonial, tem todos os traços de um empreendimento escravista e está vinculado ao conjunto do surto mercantilista da época.<sup>7</sup>

Quanto à classe que vai explorar a força de trabalho escravo, os donatários, o autor enfatiza a questão do sucesso de suas primeiras empresas, relacionando a tal resultado uma sólida base material necessária, e que seria o principal fator de superação das dificuldades por parte desses exploradores. Em suas palavras:

Outros – donatários, destaque nosso, - que não dispunham daquela base, estavam naturalmente condenados ao fracasso. A resistência dos primitivos habitantes da terra e dificuldades intercorrentes não constitui explicação suficiente para um desastre que representou a generalidade do quadro.<sup>8</sup>

Como podemos observar, Sodré não desconsidera a resistência indígena, mas pondera seu peso, buscando determinantes outros de maior influência, isto é, a empresa da lavoura extensiva que se vincula ao surto mercantilista. O autor demonstra que a questão da resistência indígena tem importância periférica como condicionante do sucesso ou não da empresa colonial na posse dos donatários, da fase inicial da colonização. O fundamental para que as empresas dos donatários possam existir é a vinculação a uma base material sólida, no que se refere aos meios de produção. A presença do elemento indígena, já escravizado pelo branco, mesmo quando torna-se

---

<sup>7</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 27.

<sup>8</sup> Ibid.

possível fator desestabilizante às empresas, é destacada por Sodré, mas apenas como uma problemática não central.

Outro momento em que Sodré não para apenas na aparência dos fatos demonstra-se quando de sua observação acerca da libertação dos escravos, que “deve ser encarada com muito cuidado, nos estudos, que o problema exige”.<sup>9</sup> Sodré chama a atenção para o fato de que os depoimentos daquele acontecimento devem servir como fontes de informação, pois joga o problema mais para o campo ético do trabalho que para o campo prático da transformação do trabalho. Sodré considera que há uma aparência contraditória nas dificuldades ocorridas sobre a estrutura brasileira de produção ao transpor trabalhadores em condições servis para condições de assalariamento, uma vez que a propriedade territorial não sofria alterações radicais, que seriam minimamente necessárias para a adoção do trabalho assalariado.

A absorção de força de trabalho por remuneração em nível ínfimo passara a ser algo atrativo à classe de proprietários de terra, tendo como consequência a Abolição, que fora um ato político correspondente de uma necessidade econômica, pois o trabalho pago, doravante, constituía mais ganhos para a produção colonial, sem alterar, em essência, sua estrutura. O esforço do autor se sustenta pela demonstração ao partir de uma situação particular, a libertação dos escravos, para uma outra de aspecto totalizador, quando se coloca a questão da estrutura produtiva da exploração da terra em conjugação com a necessidade econômica do trabalho assalariado que, então, despontava.

Sodré, ao alertar que a libertação dos escravos deve ser encarada com muito cuidado, empenha-se na construção histórica do fato, não trata apenas de explicar que o fenômeno em questão, em si, não pode revelar uma verdade; mas desenvolve um raciocínio que nos permite apreender a história por intermédio de um estudo que considera científico. No dizer de Lukács:

Trata-se, de uma parte, de arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, doutra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. Esta forma de aparição é necessária

---

<sup>9</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 46.

em razão de sua essência histórica, em razão de sua gênese no interior da sociedade capitalista.<sup>10</sup>

Pode-se evocar, como um dos fundamentos da investigação de Sodré:

Assim, se começássemos pela população, teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas.<sup>11</sup>

### Aprendendo com os fatos

Considerem-se dois fatos da fase inicial do Brasil autônomo: a) a dificuldade da economia brasileira, na primeira metade do século XIX, de se adaptar à ordem capitalista, que emanava principalmente da Europa; b) uma ordem colonial, vale ressaltar, ainda existente numa nação autônoma politicamente, que se caracterizava pela classe de senhores, donos de latifúndios, pouco dispostos a alterar as bases de produção escravista.

Pode-se, sem grande esforço, perceber a relação entre os dois fatos antagônicos: a dificuldade de um setor da sociedade brasileira (senhores latifundiários) em inverter dinheiro para ampliar capitais dentro de um novo modo de produção em ascensão. No entanto, um terceiro fato poderia deixar de ser enfatizado como consequência desse diálogo quase que intratável entre escravistas e novas forças produtivas, se Sodré<sup>12</sup> não apontasse um dos resultados desse processo econômico: a queda no nível da renda da população. Esse terceiro fato aponta, com mais substância, as ligações entre os dois primeiros, pelos seguintes motivos:

1º Um fato não é uma resultante de si, mas da relação entre outros, cujas conexões nem sempre se encontram aparentes; essas conexões nada mais são que o caminho que percorre o movimento das múltiplas determinações do real. Não há autonomia de fatos, são causas e, ao mesmo tempo, efeitos de outros. Essas múltiplas

<sup>10</sup> PAULO NETTO, José. (Org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1981, p. 68. (Coleção: Sociologia)

<sup>11</sup> MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro 1. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 221-222. v. II.

<sup>12</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

relações apontam a possibilidade de desvendar outros tantos fatos: alguns sem relações aparentes com outros, alguns tidos como insignificantes, e alguns totalmente “novos” para o estudo histórico. Pode-se, assim, verificar uma gama enorme de possibilidades de estudos que visem a interpretar e questionar a história.

2º Tentar apreender a processualidade histórica é um esforço para captar o movimento dos acontecimentos, enfim do real. Um autor como Sodré nos demonstra isso em suas longas narrativas.

### **Contribuição às ciências humanas**

Considerando sua contribuição à questão científica para o debate acadêmico, deve-se avaliar a possibilidade de este trabalho vir a ser também um veículo, ainda que mínimo, não da mesma intervenção do processo como propõe Sodré, uma vez que sua obra é infinitamente maior em todos os sentidos, mas que elucide o conhecimento, que se conquista não pelo acúmulo de informações, mas no desvendamento de conceitos, historicamente condicionados. É importante ressaltar que Sodré foi um dos pioneiros, no Brasil, no uso do método materialista histórico no estudo da formação brasileira. A opção por estudar a obra de um autor que utiliza o materialismo histórico deve-se ao fato de que eu considero que esse método possibilita apreender que os seres humanos, em suas relações socioeconômicas, estão no processo real da produção da vida, pois “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”.<sup>13</sup> Isto significa que se pretende, com este trabalho, traçar nosso objeto com suas determinações mais simples, além de tentar observar, também, como Sodré realizou tal tarefa em termos metodológicos.

### **Debates historiográficos**

Outro ponto que compõe nossa gama de argumentos trata-se da polêmica em torno das afirmações de Sodré a respeito do modo de produção feudal no Brasil, trazendo para a historiografia brasileira grandes discussões e desencadeando, inclusive, debates – que podem ser canais importantes para o aprimoramento e revisão de nossas diversas posições.

---

<sup>13</sup> MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro 1. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 229. v. II.

Caio Prado Jr, intelectual e historiador cuja importância para o conhecimento da realidade brasileira dispensa maiores apresentações, debate tal afirmação, ao longo de uma obra, refutando a tese sobre o caráter feudal da economia colonial. Rechaça, inclusive, o uso do termo feudal:

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes.<sup>14</sup>

Não se trata de comparar posições, ou melhor, de auferir qual análise é mais ou menos coerente com a realidade. A questão é que a afirmação de Sodré sobre o feudalismo no Brasil trouxe controvérsias e concordâncias, e citar Caio Prado Jr é um esforço em mostrar que estamos lidando com uma delicada, porém de alto nível, controvérsia. Vale lembrar que, até hoje, este debate está inconcluso. Basta verificar o simpósio “Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira”, realizado em outubro de 1999, no Departamento de História da Universidade de São Paulo, em que a temática voltou à cena.

Observando as próprias palavras de Sodré, em *Formação Histórica do Brasil*, vê-se sua preocupação diante de uma vasta extensão territorial que não atende ao mercado interno, o que ele chama de “aparente anomalia”:

Repousando predominantemente no esforço humano e utilizando técnicas rudimentares, o trabalho no campo, entre nós, apresenta altos custos e baixa produtividade. Nos países desenvolvidos, a agricultura padece, normalmente, de crises de produção.<sup>15</sup>

A importância dos debates contribui para os nossos estudos. Acompanhar os debates, de ontem ou de hoje, permite-nos auferir o impacto da obra de Sodré, traduzido em vários fatores, tais como: a) a coerência teórica e política de suas afirmações; b) quais considerações o próprio autor incorporou a sua obra; c) o pensamento político elaborado na construção do objeto histórico. Tais preâmbulos norteiam, assim, nosso trabalho no sentido das contradições apontadas pelos críticos e estudiosos de Sodré, permitindo conhecer melhor a historiografia brasileira e aprender a destacar os pontos polêmicos de sua obra.

<sup>14</sup> PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 39.

<sup>15</sup> SODRÉ, Néilson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982, p. 67.

Os debates nos indicam que se deve ir além das características inerentes que constroem o modo de produção feudal, isto é, entender que o feudalismo não se limita apenas ao estudo das formas econômicas pré-capitalistas, mas ao conceito de feudalismo como dimensão de uma postura política, a do PCB, por exemplo, ou, em outras palavras, como uma metáfora política.

### **Intelectualidade e engajamento**

Sodré analisa a história do Brasil, em *História da Burguesia Brasileira*,<sup>16</sup> com um intuito muito claro: explicar, de forma científica – usando o materialismo histórico como método de interpretação –, o porquê do atraso econômico em que o país se encontra, com um objetivo claro: o “[...] de ajudar o desenvolvimento da Revolução Brasileira”.<sup>17</sup> O atraso econômico, datando-se a partir do século XIX, pode ser compreendido não como uma falha de integração à ordem do capital por parte da burguesia brasileira – classe sobre a qual o autor não economizou em detalhes de antecedentes para construir sua gênese –, mas como resultado da baixa produtividade e competitividade desempenhadas pelas características inerentes do latifúndio, em mãos de uma classe senhorial.

Os estudos de Sodré, como ele próprio propunha, não tinham somente o objetivo de desenvolver uma investigação científica do processo, por exemplo, da formação da burguesia brasileira, mas, ao mesmo tempo, a intervenção do autor. Em suas palavras, no prefácio da *História da Burguesia Brasileira*:

Este estudo pretende, pois, ser mais do que uma investigação científica porque pretende contribuir para a prática, isto é, para uma conceituação objetiva do papel da burguesia brasileira no quadro da transformação por que passa o nosso país. Só é possível intervir no processo – e os homens fazem a História – com um conhecimento, que jamais chega a ser completo e absoluto, dos dados objetivos e subjetivos que a situação apresenta.<sup>18</sup>

Nesse sentido, percebe-se que há uma relação entre a teoria desenvolvida por Sodré e sua participação política. Sodré era um historiador engajado politicamente, cuja preocupação não pairava apenas sobre a interpretação formal da História, provocando, como em suas palavras e em sua vida, a transformação desta.

---

<sup>16</sup> SODRÉ, Nélon Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 12.

Embora Sodré acredite que a superação das forças reacionárias, no Brasil, as quais estancam o desenvolvimento socioeconômico do país – representadas pelo imperialismo capitalista norte-americano, em nível internacional, e os proprietários de latifúndios, em nível nacional – se dêem por intermédio da via democrática, pela qual as forças progressistas (em especial a classe trabalhadora e a burguesia nacional), não mais à deriva, encontrem no comando dos rumos da nação, vale destacar que o caráter, de certa forma impresso por Sodré como progressista para a burguesia nacional, não deva lhe impingir o rótulo de apologético de tal classe social. Ao contrário, mesmo em momentos em que esta traiu os interesses da classe trabalhadora, como no Estado Novo de Vargas, em que o movimento operário foi transformado em caso de polícia e a questão social ficou superintendida por delegacias especiais, pode-se verificar que Sodré não lhe poupa críticas ácidas:



Cometerão um engano profundo, entretanto, os que encararem o Estado Novo apenas pelo triste e infamante lado em que apresentava a sua fachada policial. Ele foi isso, mas muito mais que isso. Continuou, dentro das novas condições geradas pelo retorno do imperialismo, recuperado da crise, e do latifúndio, novamente na primeira linha, as reformas que vinham empreendidas, desde o triunfo da Revolução de 1930. Foi assim, como uma espécie de revolução burguesa contra o proletariado, ou assemelhou-se, dentro das proporções admissíveis, aos movimentos de refluxo que têm sucedido às revoluções burguesas, quando a burguesia se separa das classes e camadas que a ajudaram a desalojar a velha classe feudal, voltando a recompor-se com esta e tratando aqueles de acordo com a lei da violência.<sup>19</sup>

Na Europa Ocidental, segundo Lukács, em *Existencialismo ou Marxismo*, a burguesia se constituía como classe revolucionária até, no máximo, 1848. Até esse período, no plano filosófico, “a filosofia dessa época codifica os princípios últimos e a concepção geral do mundo, próprios a este vasto movimento progressivo e libertador, que tão profundamente reformou a sociedade”.<sup>20</sup> A burguesia de então já havia triunfado contra a sociedade feudal, que se encontrava praticamente em declínio. Mas havia sinais claros de que a burguesia ia perdendo “seu lugar à frente do progresso social”,<sup>21</sup> sinais esses dados com as revoluções proletárias de 1830 e 1848.

<sup>19</sup> SODRÉ, Néelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 320.

<sup>20</sup> LUKÁCS, Georg. **Existencialismo ou marxismo**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Senzala, 1967, p. 31.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 32.

Obviamente, não se trata de comparar o processo histórico da burguesia européia ocidental com o da burguesia brasileira, mas, saindo dos casos singulares para o universal, enquanto a burguesia se desponta quase que hegemonicamente, a partir do século XIX, como a classe que irá dominar, tanto no plano político como no econômico, os destinos humanos, vale destacar, em *História da Burguesia Brasileira*, que Sodré, apesar de considerar a necessidade de aliança com a burguesia nacional, não deixa de fazer ressalvas pela temeridade que essa classe tem diante do proletariado, além de reconhecer que seu real caráter progressista, enquanto classe universal, encontra-se num patamar de difícil continuidade. Em suas palavras, que, a nosso ver, vão ao encontro do que diz acima Lukács:

Se estivesse na fase histórica em que operou a sua revolução originária, isto é, nos séculos XVII e XVIII, nada temeria. Quando se defrontou com situações semelhantes, mas já em condições históricas diferentes, no século XIX, como no caso da Alemanha e da Itália, por exemplo, realizou-a conciliando com o latifúndio e não o debilitando de tal forma que o liquidasse.<sup>22</sup>

Algumas análises históricas de Sodré aproximam-se da posição política adotada pelo PCB. Pode-se observar a postura política do partido por intermédio do que concerne ao IV Congresso daquele partido (realizado entre dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). Foram extraídos do livro *O PCB (1943 – 1964)*, de Edgard Carone,<sup>23</sup> alguns trechos daquele Congresso, que se destacam pela aproximação da postura política do partido junto àquilo que Sodré desenvolveu teoricamente. Trata-se, com o objetivo de apresentar algumas linhas políticas do PCB, em um determinado momento, demonstrar que parte de suas bandeiras de luta não se encontrava distantes do pensamento do historiador, cujas elucidações teóricas iam ao encontro de um outro pensamento, porém coletivo, o do partido.

Sobre o caráter da revolução em sua atual etapa:

O povo brasileiro [...], que não conseguiu, no entanto, libertar-se dos restos feudais e do grande latifúndio, e realizar as tarefas da revolução burguesa.

[...]

Os senhores de escravos e, em seguida, os latifundiários e grandes capitalistas – grandes comerciantes e usurários – que governavam o país, facilitaram a penetração do capital estrangeiro e,

<sup>22</sup> SODRÉ, Néilson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 370.

<sup>23</sup> CARONE, Edgard. **O PCB (1943 a 1964)**. São Paulo: Difel, 1982. v. II.

conseqüentemente, a transformação do Brasil em semicolônia, em país dependente das grandes potências capitalistas.

[...]

A maioria da população é constituída, no entanto, pela massa camponesa que vive oprimida nos latifúndios e que em sua maior parte não possui terra.

[...]

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho antiimperialista e agrária antifeudal.<sup>24</sup>

#### Sobre a importância da questão agrária e do problema camponês:

A minoria reacionária que domina o país luta desesperadamente pela conservação e defesa de seus privilégios e volta-se para os imperialistas norte-americanos, com os quais se identifica na luta por interesses que se combinam mutuamente. Aos imperialistas norte-americanos convém a conservação no país das sobrevivências feudais com toda a superestrutura burocrática, policial e militar.

[...]

O monopólio da terra constitui a base econômica principal da minoria reacionária que domina o país. Foi na base da conservação do latifúndio e dos restos feudais e escravistas que o capital estrangeiro penetrou no Brasil e que se dá presentemente a sua crescente colonização pelos Estados Unidos.

[...]

O latifúndio e os restos feudais e escravistas impedem o livre desenvolvimento da economia nacional e determinam o atraso, a miséria e a pauperização crescente das grandes massas camponesas que constituem a maioria da população brasileira.

Na etapa atual da revolução, o inimigo no campo é o latifúndio, isto é, o grande proprietário, o parasita, que não trabalha na terra, ou realiza apenas um trabalho suplementar, e vive fundamentalmente da renda da terra, da usura, da brutal exploração das massas camponesas.<sup>25</sup>

#### No que concerne às relações com a burguesia nacional:

No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional. Essa posição é acertada, decorre de uma justa compreensão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigem solução imediata, são exclusivamente de caráter antiimperialista e antifeudal. A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais.

[...]

A burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas estreitamente ligados ao latifundiários [...]. O segundo grupo é constituído pela parte

<sup>24</sup> CARONE, Edgard. **O PCB** (1943 a 1964). São Paulo: Difel, 1982, p. 127-128. v. II.

<sup>25</sup> Ibid., p. 130-131.

restante da burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional.

[...]

A burguesia nacional, política e economicamente débil, não é capaz de levantar a bandeira da democracia e da independência nacional.<sup>26</sup>

Sobre o regime político e o governo por que o PCB luta:

Atualmente, temos como objetivo a destruição do regime de exploração e de opressão a serviço dos imperialistas norte-americanos e sua substituição por um novo regime, o regime democrático popular. Tendo em vista as atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, não é possível realizar agora no Brasil transformações de caráter socialista.<sup>27</sup>

### Algumas obras

Em *Formação Histórica do Brasil* (FHB),<sup>28</sup> por exemplo, Sodré elenca os diversos modos de produção a partir da premissa de que, ao percorrer o país em direção ao interior, podemos ainda observar formas feudais ou semif feudais convivendo com formas capitalistas. Para o autor, essas diferenças nas formas de produção revelam, ainda, a presença de um passado colonial, marcado principalmente pelos restos feudais, que se caracterizam no monopólio da terra, conseqüentemente revelando a pobreza na zona rural na segunda metade do século XX, e mais: seriam elementos causais que emperrariam o desenvolvimento de forças produtivas demandados pelo atual modo de produção.

Em *Introdução à Revolução Brasileira* (IRB),<sup>29</sup> o autor dificilmente faz alguma abordagem a partir de um fato específico, ao contrário, encontram-se períodos mais ou menos delineados, que caracterizam a narrativa. Sua periodização abarca quatro séculos de processualidade da história econômica do Brasil. Aparentemente, a obra seria uma síntese geral da história brasileira, mas pode-se observar que há um objeto que desponta e torna-se cada vez mais complexo a cada página: os problemas da exploração econômica das riquezas brasileiras, que, segundo o autor, poderiam ser superados não só pela via do regime democrático, mas pela solução nacionalista.

Mas o fato de estarmos diante de uma obra que não privilegia fatos separadamente não faz de Sodré um autor que não esteja alerta às questões sociais ao

---

<sup>26</sup> CARONE, Edgard. **O PCB** (1943 a 1964). São Paulo: Difel, 1982, p. 132-133. v. II.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 134.

<sup>28</sup> SODRÉ, Néilson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1982.

<sup>29</sup> *Id.* **Introdução à revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

longo dessa ampla periodização; ao contrário, afirma que “[...] só é possível fazer história econômica com um conhecimento muito amplo de história política e de história social e das relações que associam esses campos ao da economia em desenvolvimento”.<sup>30</sup>

As obras já citadas levam em si o objeto de que trataremos, mas, para tanto, devemos fazer algumas ressalvas sobre a categoria “modo de produção feudal”. O que é feudal na percepção do autor não significa o ponto de partida de seus estudos sobre a sociedade brasileira. O feudal é uma determinação constitutiva dessa sociedade, torna-se uma categoria abstrata, cuja compreensão, no entender de Sodré, permite-nos ter um quadro mais próximo do real sobre a sociedade brasileira.

Embora a categoria feudal seja um elemento de explanação particular da sociedade, não podemos vê-la apenas como um adjetivo explanatório, diferentemente de que propõe Fourquin,<sup>31</sup> segundo o qual, feudal e feudalidade derivam de feudo; e que recorre a Duby, quando diz que feudo é apenas uma das articulações do sistema feudal. Feudal remete-se a um modo de produção, cujos alicerces a burguesia destruiu.

A categoria feudal na obra de Sodré, apesar de polêmica, tem sua importância axiomática do ponto de vista teórico, e pode, para quem lança mão de análises marxistas para o estudo da história, ser referenciada em Marx, quando este em sua *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, diz:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este facto, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura, permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, **de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados, continuam a subsistir nela**, e de que certos simples signos, desenvolvendo-se nela, se enriquecem de toda a sua significância.<sup>32</sup> [destaque nosso]

<sup>30</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 73.

<sup>31</sup> FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1970.

<sup>32</sup> MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo: Mandacaru, 1989, p. 234.